



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO DO ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

EDITAL Nº 09/2019 – PROPEG  
PROCESSO SELETIVO SIMPLICADO

## QUESTÕES

### DIREITO CONSTITUCIONAL

**1) Acerca do controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta:**

- a) Não se admitirá intervenção de terceiros no processo de ação direta de inconstitucionalidade, com exceção da assistência litisconsorcial.
- b) Na ação direta de inconstitucionalidade, é vedado ao relator requisitar informações adicionais ou designar perito para emitir parecer sobre a questão, mesmo que haja necessidade de esclarecimento de matéria ou circunstância de fato ou de notória insuficiência das informações existentes nos autos.
- c) Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.
- d) A declaração de constitucionalidade ou de inconstitucionalidade, inclusive a interpretação conforme a Constituição e a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto, têm eficácia contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública federal, estadual e municipal, mas não vincula o Congresso Nacional, que poderá restringir a eficácia da decisão tomada pelo STF por meio de decreto legislativo.
- e) Segundo a jurisprudência pacificada do STF, é cabível ação direta de inconstitucionalidade em face de lei já revogada, desde que a ultra-atividade desta lei importar violação de direito adquirido de coisa julgada ou de ato jurídico perfeito.

**2) Ainda sobre o controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta:**

- a) Controle concentrado e controle abstrato de constitucionalidade são expressões sinônimas.
- b) No controle abstrato e concentrado, caberá ao Senado Federal suspender a eficácia da norma declarada inconstitucional do STF.
- c) O controle preventivo de constitucionalidade compreende o conjunto de ações destinadas a impedir a entrada no mundo jurídico de leis inconstitucionais. No âmbito do Poder Legislativo, a Comissão de Constituição de Justiça exerce importante papel neste sentido. O Poder Executivo participa do controle preventivo de constitucionalidade por intermédio do chamado “veto jurídico”.
- d) O STF admite controle abstrato e concentrado de constitucionalidade de leis anteriores à Constituição, desde que não seja utilizado para isso o instrumento da ADPF.
- e) No controle difuso de constitucionalidade, deverá ser obrigatoriamente observada a chamada “cláusula de reserva de plenário”, mesmo que a decisão tenha sido proferida por juiz singular.

**3) Sobre as ações constitucionais, assinale a alternativa correta.**

- a) conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública. Não caberá mandado de segurança contra agente de pessoa jurídica de direito privado, ainda que no exercício de atribuições do Poder Público.
- b) qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao

patrimônio histórico e cultural. No caso de improcedência da demanda, o autor deverá ser condenado ao pagamento das custas judiciais e do ônus da sucumbência.

c) conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania. Em outras palavras, o mandado de injunção viabiliza, de certo modo, o controle de constitucionalidade por omissão pela via difusa e concreta.

d) são gratuitas as ações de *habeas corpus* e *habeas data*, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania. Entretanto, não existe garantia constitucional de gratuidade da justiça para o mandado de segurança.

e) conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder. Isso quer dizer que o *habeas corpus* não se presta ao trancamento de inquéritos policiais em que não há pedido de prisão preventiva, pois neste caso não existe sequer a ameaça à liberdade de locomoção.

#### **4) Sobre a interpretação constitucional, é incorreto afirmar que:**

a) A interpretação constitucional tem determinadas peculiaridades que a diferencia da interpretação jurídica ordinária, principalmente em razão de seu objeto, geralmente relacionadas à singularidade, ao caráter aberto e fundamental das normas constitucionais e da própria linguagem constitucional.

b) A supremacia da Constituição, conquanto seja vetor de existência do controle de constitucionalidade e pressuposto de uma Constituição rígida, não é um dado relevante nos instrumentos de hermenêutica constitucional.

c) A força normativa da Constituição está a impor ao intérprete que este confira à norma constitucional sempre que possível, uma interpretação que assegure a maior eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais.

d) O efeito integrador da Constituição está a indicar que toda a interpretação constitucional deve tornar efetivos os princípios políticos essenciais contidos no Texto Constitucional. Isso se faz necessário na medida em que estes representam as escolhas feitas pelo constituinte, os valores fundamentais de uma sociedade.

e) A interpretação constitucional, para além de ser um caráter técnico-jurídico, possui um inegável viés político, fato que decorre do próprio caráter político das normas constitucionais.

#### **5) Sobre o poder constituinte, assinale a alternativa incorreta:**

a) O poder constituinte originário ter por características: é político, inicial, permanente, incondicionado, ilimitado juridicamente e autônomo.

b) O poder constituinte derivado é limitado, subordinado e condicionado.

c) O poder constituinte derivado reformador compreende o processo de reforma e modificação da Constituição.

d) O poder constituinte derivado decorrente emana do fato de a Constituição Federal permitir aos Estados elaborarem suas próprias Constituições.

e) O poder constituinte originário tem como titular o povo e geralmente é exercido por meio de representantes indiretos reunidos em Assembleia Constituinte.

#### **6) Acerca da organização constitucional dos poderes, assinale a alternativa incorreta:**

a) O Presidente e o Vice-Presidente da República tomarão posse em sessão do Congresso Nacional, prestando o compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

b) Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros, do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.

c) Os juízes gozam das garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio, sendo-lhes vedado, dentre outras coisas, exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, ainda que seja a de magistério; receber, a qualquer título ou pretexto, custas ou participação em processo e dedicar-se à atividade político-partidária.

- d) A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal, ao passo que o Senado Federal compõem-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.
- e) Nenhuma das anteriores.

**7) Ainda segundo a organização constitucional dos poderes, é correto afirmar que (assinale a correta):**

- a) O controle externo, que engloba a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, mas cada Poder deverá possuir um sistema de controle interno para a mesma finalidade, além de outras previstas no texto constitucional.
- b) Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumira obrigações de natureza pecuniária. As empresas públicas da União são exceção e esta regra, uma vez que, devido a sua natureza jurídica, submetem-se a regime jurídico exclusivamente de direito privado, conforme previsão constitucional.
- c) Conforme previsão constitucional, o Presidente do STF faz parte do Conselho da República, a quem incumbe a função de órgão superior de consulta da Presidente da República para os casos de intervenção federal e outras questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas.
- d) Compete ao Conselho Nacional de Justiça o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, mas não lhe cabe a análise do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.
- e) Compete privativamente à Câmara dos Deputados processar e julgar o *impeachment* do Presidente da República.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

**8. Assinale a alternativa correta:**

- a) É dispensável a licitação para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.
- b) É inexigível a licitação para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.
- c) É dispensável a licitação para a aquisição de bens ou serviços nos termos de acordo internacional específico aprovado pelo Congresso Nacional, quando as condições ofertadas forem manifestamente vantajosas para o Poder Público.
- d) É dispensável a licitação quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
- e) É inexigível a contratação de serviços de publicidade e divulgação.

**9. Segundo o Decreto-Lei nº 200/1967 (dispõe sobre a organização da Administração Federal), as atividades da Administração Federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais:**

- a) descentralização, desconcentração, indisponibilidade do interesse público e eficiência.
- b) planejamento, descentralização, moralidade, razoabilidade e impessoalidade.
- c) eficiência, controle, realização do interesse público, economicidade, planejamento.
- d) delegação de competência, descentralização, controle, coordenação e planejamento.
- e) legalidade, impessoalidade, economicidade, razoabilidade e proporcionalidade.

**10. Segundo a CF/88, contra ato administrativo que indevidamente aplique súmula com efeito vinculante editada pelo Supremo Tribunal Federal - STF é cabível**

- a) mandado de segurança, em qualquer instância, determinando-se que outro ato administrativo seja proferido.
- b) pedido cautelar em ação direta proposta perante o STF objetivando a sustação dos efeitos do ato administrativo.
- c) reclamação ao STF objetivando anular o ato administrativo.
- d) mandado de segurança perante o STF objetivando a anulação do ato administrativo.

e) ação anulatória de ato administrativo.

**11. Assinale a opção correta.**

- a) Outorga e delegação são mecanismos contratuais pelos quais o Estado transfere a titularidade e a execução de serviços públicos a pessoas jurídicas de Direito Público e a particulares.
- b) A concessão, a permissão e a autorização exigem prévia licitação.
- c) A contrapartida remuneratória pela prestação de serviços públicos de natureza individualmente mensuráveis dar-se-á exclusivamente por tarifas.
- d) O contrato de consórcio público será celebrado com a ratificação do protocolo de intenções.
- e) O Consórcio público revestido de personalidade jurídica de direito privado observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, celebração de contratos, prestação de contas e admissão de pessoal, que será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

**12. Assinale a opção incorreta.**

- a) A responsabilidade civil por danos nucleares é objetiva e fundada no risco integral.
- b) A responsabilidade civil das concessionárias de serviços públicos é objetiva relativamente a terceiros usuários e não-usuários do serviço.
- c) As pessoas jurídicas de direito privado com participação acionária do Estado submetem-se ao regime de responsabilidade pública do art. 37, §6º, da CF/88.
- d) Contra os agentes públicos causadores de danos a terceiros cabe ação de regresso proposta pelo Estado.
- e) Segundo a doutrina e jurisprudência majoritária, a omissão culposa do Estado (inexistência do serviço, deficiência do serviço ou atraso na prestação do serviço) é o fator determinante para o resultado danoso e para a configuração da sua responsabilização civil por ato omissivo sob o viés da teoria da culpa anônima do serviço.

## **DIREITO TRIBUTÁRIO**

**13. Assinale a alternativa incorreta.**

- a) As taxas não poderão ter base de cálculo própria dos impostos.
- b) Cabe à lei complementar estabelecer normas gerais em matéria tributária, a definição dos tributos, dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo, alíquotas e contribuintes.
- c) Competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território não for dividido em municípios, cumulativamente os impostos municipais.
- d) A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios no caso de investimento público urgente e de relevante interesse nacional, observada a anterioridade referente à virada do exercício.
- e) A vedação da anterioridade tributária média não se aplica ao imposto de importação, ao imposto de exportação, ao imposto sobre produtos industrializados e ao IOF.

**14. Assinale a alternativa incorreta:**

- a) Lei complementar estabelecerá normas gerais em matéria tributária sobre o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo praticado pelas sociedades cooperativas.
- b) Qualquer subsídio ou isenção só poderá ser concedido mediante lei específica que regule exclusivamente a matéria ou o correspondente tributo ou contribuição.
- c) É vedado aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão da sua procedência ou destino.
- d) O IPI poderá ser seletivo, em função da essencialidade do produto.
- e) O ITCMD terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.

**15. Assinale a alternativa incorreta:**

- a) Compete aos Municípios, instituir impostos sobre a transmissão, a qualquer título, *inter vivos*, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis como os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
- b) A competência tributária é indelegável, salvo as funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, conferida por uma pessoa jurídica de direito público à outra.

- c) A contribuição de melhoria relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra pelos imóveis situados na zona beneficiada em função dos respectivos fatos individuais de valorização.
- d) Imposto é tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica relativa ao contribuinte.
- e) O parcelamento é causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

**16. Assinale a alternativa incorreta:**

- a) O Imposto residual é de competência da União e só pode ser instituído mediante lei complementar.
- b) A capacidade tributária passiva independe da capacidade civil das pessoas naturais.
- c) A moratória é causa de extinção do crédito tributário.
- d) A anistia é causa de exclusão do crédito tributário.
- e) O lançamento tributário reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente revogada ou modificada.

**17. Assinale a alternativa incorreta:**

- a) No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.
- b) As contribuições para a seguridade social estão sujeitas ao princípio da anterioridade nonagesimal.
- c) Aos Municípios e ao Distrito Federal assegura-se a competência para instituir contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.
- d) As contribuições de intervenção no domínio econômico têm função extrafiscal.
- e) Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre suspensão ou extinção do crédito tributário.

## **DIREITO AMBIENTAL**

**18. Sobre os princípios que norteiam o direito ambiental brasileiro, podemos afirmar que:**

- a) O princípio do desenvolvimento sustentável envolve a substituição de norma de expansão quantitativa por uma melhoria qualitativa como caminho para o progresso, trazendo a integração entre a proteção ambiental e o desenvolvimento econômico para o benefício das presentes e futuras gerações.
- b) O princípio usuário-pagador pressupõe uma prática ilícita daquele que utiliza o recurso ambiental, sendo possível a exigência de pagamento quando houver o cometimento de faltas ou infrações.
- c) O princípio da precaução contido no artigo 225 da Constituição Federal impõe ao Poder Público a obrigação de controlar atividades de risco quando importarem ameaças de danos irreversíveis e conhecidos pela ciência, sendo liberada a atividade se não houver prova do prejuízo.
- d) A Lei de Política Nacional do Meio Ambiente obriga a reparação dos danos causados pelo poluidor à fauna, à flora e ao meio ambiente, devendo ser demonstrada a culpa em sua conduta, exceto em caso de prejuízo causado pela atividade nuclear.
- e) nenhuma das alternativas.

**19. Assinale a alternativa que conceitua o princípio da prevenção em matéria de responsabilidade socioambiental.**

- a) Permite agir mesmo na ausência de toda certeza científica, ou seja, a falta de certeza científica não deve justificar a falta de ação.
- b) Devem ser facilitadas e incentivadas a conscientização e a participação dos funcionários, pelas organizações, mediante ampla divulgação das informações relacionadas à responsabilidade socioambiental.
- c) Contempla a ideia de que é melhor prevenir os danos ambientais do que remediá-los.
- d) Estabelece que ao poluidor devem ser imputados os custos necessários à prevenção e ao combate à poluição.
- e) Devem estar sujeitos à aplicação de instrumentos econômicos os usuários de recursos naturais, para que o uso e o aproveitamento desses recursos se processem em benefício da coletividade.

**20. O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) também é considerado um dos principais instrumentos da Gestão Ambiental. São apresentados geralmente em audiências públicas através de Relatórios de Impactos Ambientais (RIMA). Desta forma é correto afirmar que:**

- a) é previsto expressamente na Constituição Federal de 1988.
- b) é exigível em todos os procedimentos de licenciamento ambiental.

- c) deve ser apresentado somente depois de concedida a licença de instalação.
- d) deve ser dispensado sempre que ocorrer uma audiência pública sobre o empreendimento.
- e) é exclusivo e dispensa o relatório de impacto ao meio ambiente.

**21. Com o objetivo de reduzir o uso de sacolas plásticas, leis foram aprovadas para que os consumidores fossem obrigados a pagar por esse tipo de sacola uma vez que seu uso é apontado com o grande vilão contra a preservação do meio ambiente, já que sua decomposição acontece de forma lenta. À luz do direito ambiental, a referida obrigatoriedade de compra de sacolas plásticas é um exemplo de aplicação do princípio:**

- a) da participação.
- b) da precaução.
- c) da ubiquidade.
- d) do poluidor pagador.
- e) da prevenção

**22. Quanto ao licenciamento ambiental, assinale a alternativa correta.**

- a) O prazo de validade da Licença Prévia (LP) não pode ser superior a 3 (três) anos.
- b) A renovação da Licença de Operação (LO) de uma atividade ou empreendimento deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença.
- c) Considera-se Impacto Ambiental Regional todo e qualquer impacto ambiental que afete diretamente (a área de influência direta do projeto), no todo ou em parte, o território de dois ou mais Municípios.
- d) O arquivamento do processo de licenciamento não impedirá a apresentação de novo requerimento de licença, ficando isento de novo pagamento de custo de análise.
- e) O prazo de validade da Licença de Instalação (LI) deverá ser o estabelecido pelo cronograma de instalação do empreendimento ou atividade, não podendo ser superior a 5 (cinco) anos.

## **DIREITO DO TRABALHO**

**Sobre a reforma trabalhista esculpida na Lei nº 13.467/2017, responda as seguintes questões:**

**23. Sobre o trabalho intermitente**

- a) tem as mesmas características de trabalho subordinado, de acordo com o art. 443, *caput*, da CLT.
- b) deixa de ter as características de trabalho subordinado.
- c) A recusa da oferta descaracteriza a subordinação para fins do contrato de trabalho intermitente.
- d) A jurisprudência pacificada junto ao TST diz que o trabalho intermitente viola a Constituição Federal de 1988, art. 7º, inciso, XLIV.
- e) nenhuma das alternativas.

**24. Quanto ao acesso à Justiça do Trabalho, com a ausência do Reclamante na audiência:**

- a) ele tem o prazo de 30 dias para justificar a ausência.
- b) ele tem o prazo de 10 dias para justificar a ausência e pagar às custas do processo.
- c) será condenado ao pagamento das custas calculadas na forma do art. 789, da CLT, ainda que, beneficiário da justiça gratuita, salvo se comprovar, no prazo de quinze dias, que a ausência ocorreu por motivo legalmente justificável.
- d) ele tem o prazo de 08 dias para justificar a ausência, junto ao TRT/AC/RO, através do recurso de apelação.
- e) nenhuma das alternativas.

**25. Quanto ao o direito de greve**

- a) ele está previsto no 7º, *caput*, da Constituição Federal de 1988, e autoriza o patronato brasileiro exercê-lo através do *lock out*.
- b) O *lock out* originou-se no Chile na época do Presidente Salvador Allende quando os caminhoneiros fizeram uma greve que paralisou o país.
- c) o direito de greve do empregador é recompensado com o direito de permanecer nos conselhos deliberativos de órgãos do Estado.

- d) o *lock out* ou direito de greve dos empregadores é vetado pela CLT.
- e) nenhuma das alternativas.

## **26. Sobre a intrajornada, com a nova sistemática trazida pela Lei n.º 13.467/2017**

- a) A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza indenizatória, de todo o período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.
- b) A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.
- c) O direito a intrajornada foi reconhecido pelo STF como constitucional e, portanto, ela deve ser paga conforme a modulação por esta Instituição regulamentada.
- d) O direito a intrajornada serve para o empregado faça outro tipo de serviço em outra empresa, que não faz parte do grupo econômico para o qual trabalha.
- e) nenhuma das alternativas.

## **27. Quanto aos sindicatos:**

- a) O registro sindical para que o sindicato possa representar uma determinada categoria profissional depende, exclusivamente, de autorização Estado.
- b) O trabalhador, uma vez filiado a um sindicato, fica vedado a desfiliação.
- c) Cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.
- d) O Supremo Tribunal Federal declarou em recente julgado em Ação Direta de Inconstitucionalidade que a contribuição sindical é obrigatória.
- e) nenhuma das alternativas.

# **DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

## **28. Assinale a alternativa incorreta:**

- a) A seguridade social é organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observando critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- b) Os Regimes Próprios de Previdência são aqueles mantidos pela União, Estados e por boa parte dos Municípios em favor de seus servidores públicos e militares. Somente com relação a esses regimes próprios é que Estados e Municípios poderão legislar. Já a competência legislativa quanto ao RGPS é exclusiva da União. Nos municípios onde não houver regime próprio de previdência, os servidores são obrigatoriamente vinculados ao RGPS.
- c) O Regime Geral de Previdência Social possui um segmento Aberto, mantido pelas Entidades Abertas (EAPC), que são constituídas sob a forma de sociedades anônimas e têm por objetivo instituir e operar planos de benefícios de caráter previdenciário, acessíveis a qualquer pessoa física, independente de profissão, residência ou idade. Tais entidades podem ser consideradas seguradoras do ramo vida, desde que autorizadas a operar os planos de benefícios complementares.
- d) Lei Complementar disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária para atender a trabalhadores de baixa renda e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a um salário mínimo.
- e) Pelo princípio da universalidade de cobertura e atendimento, em sua dimensão objetiva, alcança todos os riscos sociais que possam gerar o estado de necessidade (universalidade da cobertura), enquanto a dimensão subjetiva busca tutelar toda pessoa pertencente ao sistema protetivo (universalidade do atendimento).

## **29. Assinale a alternativa incorreta:**

- a) Filiação é o vínculo jurídico que se estabelece entre o segurado e o RGPS. Decorre automaticamente da atividade remunerada, ou seja, no momento em que uma pessoa iniciar o exercício de alguma atividade remunerada *ipso facto* estará filiada à previdência social.

- b) É irrelevante a nacionalidade do trabalhador, pois se exerce atividade remunerada em território nacional, em regra, estará filiado ao RGPS, salvo algum tipo de acordo internacional que o exclua.
- c) O dirigente sindical mantém, durante o exercício do mandato eletivo, o mesmo enquadramento no RGPS de antes da investidura. Essa regra vale, inclusive, para o segurado especial, o qual, em regra, não pode exercer outra atividade distinta da produção rural, sob pena de perder o enquadramento nesta condição.
- d) São segurados obrigatórios do RGPS: empregado, empregado doméstico, contribuinte individual, trabalhador avulso e segurado especial.
- e) A filiação à previdência social decorre automaticamente do exercício de atividade remunerada para os segurados obrigatórios e facultativos, formalizada com o pagamento da primeira contribuição.

### **30. Assinale a alternativa incorreta.**

- a) Enquadra-se como contribuinte individual o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social.
- b) Não é segurado especial o membro de grupo familiar que possuir outra fonte de rendimento, exceto, dentre outros casos, se decorrente de atividade artística, desde que em valor mensal inferior ao menor benefício de prestação continuada da Previdência Social.
- c) Os óbitos por acidente de qualquer natureza ou por doença profissional ou do trabalho não dispensam a necessidade de união estável ou casamento por pelo menos dois anos para que seu cônjuge ou companheiro(a) faça jus à pensão por morte escalonada em função da idade.
- d) Entende-se por salário-de-contribuição: para o empregado e trabalhador avulso a remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa.
- e) Não integram o salário de contribuição: os benefícios da previdência social, nos termos e limites legais, salvo o salário maternidade.

### **31. Assinale a alternativa incorreta.**

- a) Período de carência é o número de contribuições mensais mínimas que o segurado deve efetivar para ter direito ao benefício, consideradas a partir do transcurso do primeiro dia dos meses de suas competências.
- b) Excepcionalmente, para o segurado especial, considera-se período de carência o tempo mínimo de efetivo exercício de atividade rural, de forma ininterrupta, igual ao número de meses necessários à concessão do benefício requerido.
- c) O Salário de Benefício consiste: para as aposentadorias por idade e por tempo de contribuição, na média aritmética simples dos maiores salários de contribuição, correspondentes a 80% (144 contribuições) de todo o período contributivo, multiplicada pelo fator previdenciário.
- d) O Salário de Benefício consiste: para a aposentadoria por invalidez, aposentadoria especial, auxílio-doença e auxílio-acidente, na média aritmética simples dos maiores salários de contribuição, correspondentes a 80% de todo o período contributivo.
- e) A Renda Mensal do Benefício na aposentadoria por idade corresponde a 70% do salário de benefício, acrescido de mais 1% por grupo de 12 contribuições mensais, até o máximo de 30%.

### **32. Assinale a alternativa incorreta.**

- a) A carência para o auxílio-doença é de 18 contribuições mensais. À semelhança da aposentadoria por invalidez, será devido auxílio-doença, independentemente de carência, aos segurados obrigatórios e facultativos, nas hipóteses de acidente de qualquer natureza ou causa, ou de doença profissional ou do trabalho.
- b) O auxílio-acidente será concedido ao segurado empregado, ao trabalhador avulso e ao segurado especial quando, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultar sequela definitiva.
- c) O salário maternidade para a segurada empregada consiste numa renda mensal igual à sua remuneração integral, cabendo contribuição sobre estes valores, já que o salário-maternidade é também, salário-de-



contribuição. Desse modo, para a segurada empregada e trabalhadora avulsa, a RMB pode ser superior ao teto do RGPS, pois é equivalente à sua remuneração.

d) Não têm direito ao salário família os segurados especiais, contribuintes individuais ou facultativos (salvo quando aposentados).

e) A pensão por morte consiste numa renda de 100% do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou daquela a que teria direito se estivesse aposentado por invalidez na data de seu falecimento.

## ECONOMIA

**33. Karl Marx (1818-1883) foi, entre poucos pensadores da história, o formulador de ideias sobre questões intelectuais e práticas que propiciaram os maiores impactos já vistos na história da humanidade. No campo das Ciências Sociais, por exemplo, Marx está certamente entre os maiores pensadores (senão for o maior). Sua obra, ainda hoje, é uma das mais importantes já produzidas para se pensar o mundo, inclusive o contemporâneo. No transcorrer de sua trajetória Marx escreveu muito (inclusive, há escritos que até hoje não foram devidamente estudados e/ou divulgados). Suas reflexões e contribuições sobre o modo de organização da produção de mercadorias estão, em sua maioria, contidos em uma de suas obras fundamentais: "O Capital: crítica da economia política". Marx estudou com profundidade a reprodução dos movimentos reais da sociedade capitalista. Ou seja: sua gênese, seu desenvolvimento, e também as condições para sua extinção. Para ele, era somente através da descoberta dos movimentos estruturais dessa forma de sociedade é que teria as condições objetivas para criar uma "Teoria Social". Sobre a herança intelectual de Marx é possível indicar que "bebeu em três fontes" principais:**

a) "Escola de Frankfurt", Jonh M. Keynes e "Economia Política inglesa" (de Smith, Ricardo, Mill, etc.).

b) "idealismo alemão", "socialismo francês" e "economia política inglesa" (de Smith, Ricardo, Mill, etc.).

c) "Escola Austríaca de Economia", "Nova esquerda Inglesa" e "idealismo alemão".

d) "idealismo alemão", "socialismo francês" e "Escola Neoclássica de Economia".

e) Alfred Marshall (Londres, 26 de julho de 1842 - Cambridge, 13 de julho de 1924), Escola de Frankfurt e "idealismo alemão".

**34. O método básico é considerar o indivíduo como ponto de partida. Os fenômenos econômicos são deduzidos dos gostos individuais, das dotações de recursos e tecnologias. O método consiste em começar das unidades isoladas que constituem a economia, explorar o funcionamento dessas unidades (ou agentes) e, em seguida, elaborar uma teoria de comportamento da economia como um todo. A teoria supõe que os agentes possuem algum objetivo (tentam maximizar algo), e que conseguem realizar esse objetivo da maneira mais eficiente possível dadas as limitações. As unidades (agentes), diferem apenas nos objetivos e nas limitações.**

**As características teóricas e metodológicas apontadas acima são de que "escola econômica":**

a) Neoclássica

b) Clássica

c) Keynesiana

d) Neokeynesiana

e) Mercantilista

**35. Antes mesmo da crise de 1929 alguns autores já apresentavam críticas acerca do modo de pensar dos neoclássicos, entre eles merece destaque Pigou. Entretanto, é com o surgimento da obra de John Maynard Keynes, nos turbulentos anos da grande depressão, que a tradição neoclássica é, pelo menos de forma parcial, rompida. Foi tal o impacto produzido pelo livro de Keynes intitulado "A teoria geral do emprego do juro e da moeda" (1936) que seus continuadores denominaram de "Revolução Keynesiana". Uma das grandes preocupações de Keynes (se não a maior) centrava-se:**

a) Na exploração da força de trabalho.

b) Na microeconomia.

c) Nas trocas internacionais entre os países.

d) Nos determinantes do Emprego.

e) No desenvolvimento econômico de países capitalistas subdesenvolvidos.

**36. A macroeconomia analisa a economia:**

- a) Em um sentido amplo, lidando com fatores que afetam a economia nacional, regional ou global como um todo.
- b) Em menor escala e lida com entidades específicas, como empresas, famílias e indivíduos.
- c) Tanto no sentido amplo como em escalas menores.
- d) nos casos de determinação de preços das mercadorias, juntamente com os preços dos bens complementares e substitutos.
- e) Nenhuma das alternativas.

## **METODOLOGIA DA PESQUISA EM DIREITO**

**37. Os pressupostos epistemológicos e fundamentos da ciência contemporânea assentam-se em dois grandes paradigmas de ciência: o dominante e o emergente. Com base nessa afirmativa, assinale a alternativa incorreta abaixo:**

- a) O paradigma dominante presidiu universalmente a ciência clássica desde a ciência moderna. Sendo um modelo global de racionalidade científica, se caracteriza por princípios epistemológicos e regras metodológicas que negam o caráter racional de outras formas de conhecimento não legitimados pelo científico.
- b) A crise paradigmática da ciência contemporânea exige um paradigma científico e social, do conhecimento prudente para o de uma vida decente.
- c) O paradigma dominante da ciência contemporânea atende aos pressupostos teóricos e metodológicos da complexidade dos fenômenos investigados no campo da ciência jurídica.
- d) Ao considerar que todo conhecimento científico-natural é científico-social rompe-se com uma visão de ciência mecanicista que não contempla os conceitos de pessoa humana, cultura e sociedade.
- e) A ciência que considera o conhecimento como autoconhecimento, que advoga que o conhecimento científico visa constituir-se em senso comum, busca preencher lacunas seculares da ciência clássica que não reconheceu a diversidade dos saberes e nem a função fundamental de acessibilidade ao saber científico, como produto necessário à vida e à coletividade humana.

**38. Quanto à Ciência do Direito é incorreto afirmar:**

- a) Num quadro analítico mais amplo, a ciência do direito tem sido corretamente classificada como efetiva ciência social.
- b) Hans Kelsen, em Teoria Pura do Direito, logrou demonstrar, como mentor do positivismo jurídico moderno, a pureza jurídica do Direito em seu aspecto tipicamente científico.
- c) O direito se restringe a uma ciência social hermenêutica.
- d) O termo ciência do Direito é a designação mais adequada, considerando que o Direito não se limita a um conteúdo meramente jurídico, permitindo, ao contrário, ilações ou inferências no mundo meta-jurídico.
- e) A ciência do Direito contemporânea tem buscado investigações interdisciplinares e multidisciplinares visando investigar a complexidade dos fenômenos jurídicos.

**39. Dos elementos constitutivos de um projeto de pesquisa em Direito abaixo um não é obrigatório:**

- a) Objetivos geral e específicos.
- b) Definição de problema e hipótese.
- c) Referencial teórico e metodologia de pesquisa.
- d) Variáveis e resultados esperados.
- e) Cronograma de execução

**40. Quanto à classificação das pesquisas, é incorreto afirmar:**

- a) Quanto a natureza as pesquisas são qualitativas, e quantitativas.
- b) O método de abordagem é mais instrumental e prático no desenvolvimento da pesquisa.
- c) Os métodos de procedimento garantem a definição dos passos metodológicos concretos de investigação.
- d) Quanto aos fins exploratórias, descritivas e explicativas.
- e) A pesquisa documental e bibliográfica são tipos procedimentais de pesquisa.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO DO ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

EDITAL Nº 09/2019 – PROPEG  
PROCESSO SELETIVO SIMPLICADO

## PROVA OBJETIVA

### GABARITO

1	A	B	C	D	E
2	A	B	C	D	E
3	A	B	C	D	E
4	A	B	C	D	E
5	A	B	C	D	E
6	A	B	C	D	E
7	A	B	C	D	E
8	A	B	C	D	E
9	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E

21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E
26	A	B	C	D	E
27	A	B	C	D	E
28	A	B	C	D	E
29	A	B	C	D	E
30	A	B	C	D	E
31	A	B	C	D	E
32	A	B	C	D	E
33	A	B	C	D	E
34	A	B	C	D	E
35	A	B	C	D	E
36	A	B	C	D	E
37	A	B	C	D	E
38	A	B	C	D	E
39	A	B	C	D	E
40	A	B	C	D	E